



UNIVERSIDADES PROMOTORAS DA SAÚDE E SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE INTEGRATIVA DAS PRÁTICAS E DESAFIOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Autores e Orientadores

Luana Aparecida Goulart Terra; Sarah Trevisan Nunes e (Dra) Renata Ferraz de Toledo

Universidade São Judas Tadeu, luanagoulartbiomedicina@gmail.com

Resumo

Este estudo analisou a interface promoção da saúde e sustentabilidade em publicações sobre Universidades Promotoras da Saúde, verificando sua incorporação nas políticas e práticas institucionais. Revisão integrativa de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, a partir de buscas na SciELO, PubMed, Capes e Google Acadêmico (2015–2025), e descritores com operadores booleanos, sendo selecionados 27 artigos. A análise foi por categorias temáticas e triangulação teórica. Os achados indicam que, embora existam iniciativas em sustentabilidade ambiental, saúde mental, extensão e equidade, a maioria das ações é pontual e pouco institucionalizada. Há carência de indicadores avaliativos e governança participativa envolvendo docentes, técnicos e comunidade externa. Reforça-se a necessidade de políticas universitárias integradas, planejamento estratégico e transversalização curricular. Contribui com modelo analítico que integra análise temática e triangulação para compreender a relação entre conhecimento, gestão institucional e transformação social, reafirmando o papel das universidades como ecossistemas promotores de saúde, bem-estar e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Universidades Promotoras da Saúde, Sustentabilidade, Revisão Integrativa.

Introdução

A Promoção da Saúde, desde a Carta de Ottawa (WHO, 1986), ampliou o conceito de saúde ao incluir determinantes sociais, ambientais e culturais, promovendo ambientes saudáveis e sustentáveis. Nesse contexto, surgem as Universidades Promotoras da Saúde (UPS), que buscam, dentre outros aspectos, integrar a saúde e a sustentabilidade em suas funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A Carta de Okanagan (2015) reforça essa interdependência e vincula o compromisso das instituições de ensino aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (UN, 2015).

Este estudo teve como objetivo investigar abordagens e práticas de sustentabilidade no contexto das UPS, analisando como tais princípios são aplicados em universidades. De forma



específica, buscou caracterizar e analisar pesquisas e experiências sobre sustentabilidade em UPS, considerando objetivos, metodologias, participação da comunidade universitária, estratégias e resultados, além de triangular os achados com o referencial teórico de Van den Hove (2007) sobre a interface ciência–política–sociedade.

A relevância da pesquisa reside na necessidade de compreender como as universidades podem atuar como ecossistemas promotores de saúde, equidade e sustentabilidade, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e para o fortalecimento de políticas institucionais comprometidas com o bem-estar coletivo e a transformação social. Ao integrar as dimensões científica, política e comunitária, o estudo reforça o papel estratégico das instituições de ensino superior na concretização dos princípios da Carta de Okanagan e dos ODS, consolidando um campo emergente acadêmico e social.

Métodos

Por meio de revisão bibliográfica integrativa (Souza; Silva; Carvalho, 2010) com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, a pesquisa foi realizada entre fevereiro e abril de 2025. As buscas ocorreram nas bases SciELO, PubMed, Periódicos Capes e Google Acadêmico, utilizando combinações de descritores com operadores booleanos: *“universidade promotora da saúde” AND “sustentabilidade”*; *“universidade promotora da saúde” AND “desenvolvimento sustentável”*; *“universidade promotora da saúde” AND “Agenda 2030”*, no período de 2015 a 2025, considerando a Carta de Okanagan (2015) como marco teórico.

Foram selecionados para análise 27 estudos, integralmente disponíveis, que apresentavam relação direta com o tema e alinhamento aos princípios da Carta de Okanagan e aos ODS.

As informações foram organizadas em uma matriz de extração padronizada, contemplando: identificação dos estudos, objetivos, temas centrais, participantes, abordagens metodológicas, estratégias utilizadas, tempo de intervenção e resultados.

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), originando 15 categorias principais. Em seguida, realizou-se uma triangulação teórica com o referencial de Van den Hove (2007), identificando relações entre ciência, política e sociedade presentes nas experiências. Todas as etapas foram conduzidas de modo



sistemático e documentadas, garantindo transparência, reprodutibilidade e validade científica dos resultados obtidos.

Resultados e Discussões

Os estudos analisados eram majoritariamente brasileiros e latino-americanos, concentraram-se entre 2018 e 2025, com predomínio de abordagens qualitativas, relatos de experiência e estudos de caso descritivos.

A análise de conteúdo identificou 15 categorias temáticas, destacando-se: sustentabilidade ambiental, equidade e inclusão social, infraestrutura saudável, formação e currículo, participação da comunidade universitária, avaliação e indicadores, extensão universitária e saúde mental, revelando uma compreensão multidimensional da sustentabilidade, abrangendo aspectos sociais, ambientais e cognitivos.

Apesar da variedade de práticas, observou-se que a maioria das iniciativas era pontual e fragmentada, sem plena integração ao planejamento institucional. Poucas universidades apresentaram ações permanentes ligadas à governança, extensão ou saúde mental, o que reforça a necessidade de políticas intersetoriais, conforme indicam Buss e Pellegrini Filho (2007).

No campo da gestão ambiental, destacaram-se medidas como redução de resíduos, economia de energia e ampliação de áreas verdes, porém, sem indicadores quantitativos consistentes para avaliação de impacto.

As ações de saúde mental ganharam força após a pandemia de COVID-19, com maior institucionalização de serviços de acolhimento, conforme relatado por Santos, Cidral e Zimath (2022). Embora representem avanços significativos, ainda carecem de avaliações sistemáticas de efetividade e de acompanhamento longitudinal.

No eixo da extensão universitária, evidenciou-se aderência aos princípios da Carta de Okanagan (2015), especialmente em projetos de agricultura urbana, alimentação saudável e educação ambiental, ampliando o vínculo entre universidade e território, conforme recomendam Carvalho *et al.* (2021). Contudo, a baixa participação de servidores técnico-administrativos e da comunidade externa limita o alcance das ações e sua continuidade.

A triangulação teórica com Van den Hove (2007) revelou fragilidade nas interfaces ciência–



política–sociedade, com poucas experiências de diálogo e coprodução de conhecimento. Ainda assim, casos inovadores de integração interdisciplinar entre sustentabilidade, saúde e educação popular demonstraram que a colaboração intersetorial amplia a legitimidade e o impacto social das ações, corroborando a Carta de Okanagan (2015).

A ausência de indicadores avaliativos padronizados foi observada em grande parte dos estudos, dificultando a mensuração dos resultados e a comparação entre experiências. Como contribuição, este estudo propõe alguns indicadores operacionais (eficiência energética, reciclagem, bem-estar estudantil e integração curricular) para subsidiar futuras avaliações e políticas institucionais.

Conclusões

A presente pesquisa permitiu compreender que a integração entre promoção da saúde e sustentabilidade no contexto das UPS constitui um campo em expansão, porém, ainda em processo de consolidação teórica e institucional. A análise dos 27 estudos revelou que, embora existam iniciativas relevantes e inovadoras, a maior parte das práticas ocorre de forma pontual, fragmentada e com baixo grau de institucionalização.

Os resultados demonstraram que os principais avanços se concentram nas áreas de extensão universitária, saúde mental, equidade social, assistência estudantil e sustentabilidade ambiental, indicando esforços para transformar as universidades em ecossistemas promotores de saúde e bem-estar. Entretanto, persistem desafios estruturais, como a ausência de indicadores padronizados de avaliação, a baixa articulação entre setores institucionais, e a limitação da participação efetiva de técnicos, estudantes e comunidade externa nos processos decisórios.

Esses achados contribuíram para investigar abordagens e práticas de sustentabilidade em UPS, e a triangulação teórica com Van den Hove (2007) evidenciou que a consolidação desse campo depende do fortalecimento das interfaces entre ciência, política e sociedade, promovendo maior transparência, coprodução de conhecimento e participação democrática.

Embora os resultados desta pesquisa não possam ser generalizados para todas as universidades, por ser de natureza qualitativa, oferecem elementos sólidos e do cenário latino-americano. Indicam, ainda, que o avanço do movimento das UPS requer



planejamento estratégico institucional, governança participativa, avaliação contínua das ações e transversalização curricular das temáticas de saúde e sustentabilidade.

Conclui-se que o fortalecimento das Universidades Promotoras da Saúde passa pela criação de políticas integradas e permanentes, sustentadas por evidências científicas e alinhadas à Carta de Okanagan (2015) e aos ODS. Este estudo contribui, portanto, para consolidar a base teórica e metodológica desse campo, fornecendo subsídios para futuras pesquisas, para o desenvolvimento de indicadores institucionais de avaliação e para a formulação de estratégias universitárias mais sustentáveis, inclusivas e promotoras de saúde.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2016.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CARVALHO, R. F. *et al.* Práticas extensionistas sob a perspectiva teórica das universidades promotoras da saúde. **Journal of Nursing and Health**, v. 13, n. 3, e13324331, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/24331>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SANTOS, M.C.P; CIDRAL, A.; ZIMATH, S.C. Ações de uma universidade comunitária no campo da psicologia para a promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar. **Revista Confluências Culturais**, v. 11, n. 2, p. 83–92, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21726/rcc.v11i2.1812> Acesso em: 15 ago. 2025.

OKANAGAN CHARTER. **An international charter for health promoting universities and colleges**. Kelowna: University of British Columbia, 2015. Disponível em: <https://open.library.ubc.ca/clRcle/collections/53926/items/1.0132754> .Acesso em: 15 ago. 2025.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. P.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer.



Einstein (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx>. Acesso em: 15 ago. 2025.

UN. UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: UN, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>.

Acesso em: 15 ago. 2025.

VAN DEN HOVE, S. A rationale for science-policy interfaces. **Futures**, v. 39, p. 807–826, 2007. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016328706002060>. Acesso em:

15 ago. 2025.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ottawa Charter for Health Promotion**.

Geneva: WHO, 1986. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WH-1987>

Acesso em: 15 ago. 2025.

I CONGRESSO
NACIONAL DE
CIÊNCIA &
TECNOLOGIA
ÂNIMA 2025

IV SIMPOSIO DE PESQUISA ECOSSISTEMA ÂNIMA

